

# DEMOCRACIA VIVA

38

MARÇO 2008



# Retrato da juventude sul-americana

O que há em comum entre as juventudes dos países da América do Sul? Qual o seu papel nas mudanças em curso no nosso continente? Do que mais precisam? O que mais desejam? A pesquisa Juventude e Integração Sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis, realizada em seis países ao longo de 2007 – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – foi buscar algumas respostas para essas perguntas. O estudo foi realizado pelo Ibase em parceria com o Instituto Pólis – Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, com apoio do International Development Research Centre (IDRC), além de um conjunto de entidades e pesquisadores(as) dos países envolvidos. A seguir, cinco artigos de consultores e consultoras da pesquisa analisam os resultados encontrados (o relatório brasileiro, de Helena Abramo, encontra-se na seção Nacional, pág. 10).

# A C I O N A L





# Risco do monólogo surdo?

O objetivo deste artigo é nos interrogar sobre as possibilidades de influência das demandas juvenis nas políticas públicas para a juventude, fortalecendo-as para que sejam capazes de garantir os direitos de todos e todas as jovens. Por isso, optamos por questionar algumas práticas, tornando públicas algumas respostas dos e para os movimentos de jovens que lutam pela transformação das realidades da juventude e de suas comunidades e países. Também esperamos que sirva para interpelar quem formula essas políticas públicas.

Como ocorre em toda a América Latina, um quarto da população argentina encontra-se na faixa etária de 15 a 29 anos. Pouco mais de 9 milhões de jovens habitam hoje o território argentino. Significativo por sua dimensão e relevante para a sociedade pelas possibilidades que se abrem em torno dele, esse grupo populacional deveria ser considerado interlocutor válido e necessário na hora de o Estado desenhar políticas públicas voltadas para ele.

No escopo da pesquisa Juventude e Integração Sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis, abordamos quatro grupos de jovens da Argentina a fim de entender as suas demandas e analisar a relação destas com as políticas públicas para a juventude, quando as houver.

A pesquisa nos permitiu certas descobertas e acreditamos que contribui à necessária compreensão dos jovens, a partir de um conceito de participação, onde sua voz é ouvida e considerada e, ao mesmo tempo, posta em tensão e em discussão com as experiências dos adultos. Considerando nosso interesse em contribuir para a construção de políticas públicas para a juventude que sejam verdadeiramente inclusivas e participativas, enfrentamos uma questão principal: o que falta para que as demandas dos diversos movimentos juvenis sejam levadas em consideração pelas políticas públicas?

Em primeiro lugar, um aspecto que caracteriza as demandas impulsionadas pelas situações-tipo é o forte condicionamento e a estreita vinculação que todas elas guardam com relação à história recente de nosso país. Em particular:

- a demanda por trabalho contém especial relevância no contexto de dissolução da sociedade salarial por que atravessou a Argentina durante a década de 1990, e do conseguinte alargamento da desocupação, as precárias modalidades de vinculação em relação ao mercado de trabalho e a perda de direitos sociais;
- a demanda por direitos humanos tem estreita vinculação com a história da ditadura argentina e do árduo processo de recuperação democrática que começa em 1983;
- a demanda ambiental frente à internacionalização ou desnacionalização dos recursos naturais, embora ancorada na problemática local, tem um caráter global que inclui questões complexas relacionadas a outras nações e a tratados e compromissos internacionais (Finlândia; Haia).

### **Demandas “juvenilizadas”**

Em uma tentativa de caracterizar as demandas ao redor das quais se organizam os grupos que configuram as situações-tipo, pudemos concluir que estas não são estritamente juvenis. Observamos que os jovens sustentam demandas mais amplas, que já contam com grupos de adultos organizados em torno das mesmas.

Por conseguinte, as relações entre jovens e adultos adquirem – na dinâmica interna das organizações – uma importância especial.

Em efeito, à exceção do H.I.J.O.S. – que desde a sua constituição como agrupamento defende a independência e a autonomia como necessárias à construção política –, os outros três grupos demonstram ter estreitos vínculos com as organizações de adultos que os acompanham na defesa de suas demandas. Nestes casos, percebemos nos discursos de alguns jovens e adultos que é indispensável acompanhá-los e ajudá-los na possibilidade de articular a demanda com outros atores com o objetivo de incidir nas agendas públicas.

No entanto, também podemos assinalar que, uma vez que os jovens se apropriam dessas demandas compartilhadas com os adultos, estas ganham um novo significado com um código de leitura particular e lhes é dado um perfil juvenil, são “juvenilizadas”. Por meio deste processo, a demanda passa a ter, então, um caráter distintivo, vislumbrado pelo seguinte:

- a atualização da demanda original em objetivos subsidiários, que contemplam as aspirações dos jovens e para os jovens, como o caso de JDP (Jovens de Pé) no qual se incorporaram programas de promoção de direitos para os jovens; capacitação para o trabalho e formação legal direcionados ao primeiro emprego;
- a incorporação de ações e temáticas relevantes para eles: para citar um exemplo, os jovens da AJA (Assembléia Juvenil Ambiental de Gualaguaychú) entraram nas escolas e puderam dar conhecimento da problemática ambiental com uma linguagem que lhes é própria, entre seus pares;
- a forma diferencial com que a demanda é apresentada no espaço público, a partir de uma linguagem e estratégias de difusão próprias: o caso mais emblemático é o estabelecimento dos escraches como forma de ação política.

### **Características comuns**

Em nosso estudo, escolhemos movimentos juvenis que compartilham as seguintes características:

- mantêm demandas forjadas em formas de participação com um alto grau de organização e, por conseguinte, com capacidade de perpetuar-se no tempo;
- são movimentos/agrupamentos que têm uma imagem pública relevante, presença nos meios de comunicação e nas temáticas atuais da agenda pública e, por sua vez, são conhecidos pela comunidade no âmbito local ou nacional, segundo o caso;
- são grupos com capacidade de gestão e de articulação das demandas com diversos organismos (públicos e da sociedade civil) e, como consequência, com voz na hora de construir políticas de Estado e incorporar suas demandas em projetos e ações governamentais e não-governamentais;
- por último, as demandas envolvidas podem ser estendidas a toda a América Latina.

Aqui encontramos, então, a característica tipicamente juvenil das demandas que analisamos, já que pelo processo mesmo de apropriação e de dar novo significado, esses grupos que trabalham pelos direitos dos jovens conseguem dar visibilidade a certos temas-problema que lhes são significativos, com uma linguagem que recupera a defesa e o exercício de direitos.

Todas as demandas conjunturais sustentadas e explicitadas pelas situações-tipo redundam em outras que se relacionam com demandas mais gerais da sociedade: inclusão social dos jovens em situações vulneráveis; pelos direitos humanos; pelo desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio-ambiente. Estas demandas subjacentes possibilitam a sustentação dos grupos envolvidos, já que, desse modo, suas ações não se esgotam em uma reivindicação pontual.

O exemplo mais claro da coexistência de demandas conjunturais e gerais pode ser assinalado no caso particular dos jovens da assembléia juvenil de Gualeguaychú: por um lado, existe um grupo de jovens cuja única demanda é a transferência das indústrias de celulose e vêem o esgotamento da mobilização para essa causa; por outro, existe outro grupo que demanda pela causa ambiental e pode ampliar a demanda, mesmo geograficamente, independentemente do futuro das indústrias de celulose.

Das situações-tipo estudadas, tanto H.I.J.O.S. como JDP operam na área metropolitana de Buenos Aires. Entrevistados de ambas as organizações referiram-se mutuamente. Estas duas situações-tipo evidenciaram uma grande capacidade de construir redes com outros atores sociais implicados na reivindicação por demandas iguais ou similares. Em particular, os ativistas do H.I.J.O.S. trabalham ativamente pela reconstrução dos laços sociais como um de seus pontos básicos.

No que se refere à relação com o Estado das diferentes situações-tipo, observamos que JDP está fortemente comprometido com a política partidária, e o movimento sustenta que é por meio da ocupação de postos estratégicos no governo que as temáticas de juventude têm possibilidades de concretizar-se em políticas públicas reais. Não abandonam, entretanto, espaços de construção coletiva, como as mesas de juventude que tendem a discutir políticas públicas para a juventude, com vontade de construir instâncias de discussão de jovens sobre temáticas juvenis.

H.I.J.O.S., por sua vez, promove e sustenta espaços de interação horizontais com outras organizações de pares, mas como agrupamento, e sem que seus integrantes participem da gestão em alguma instância pública. Assume posição frontal ao governo e acredita que a construção de poder se dá a partir da ação coordenada com outros atores, mas de fora do Estado, foco de suas demandas. AJA reclama diretamente pela intermediação do Estado no conflito que os levou a organizar-se. Andresito (movimento juvenil Andresito), por último, aponta sua demanda central para o Estado (pela inclusão social dos jovens), mas estende o pedido de meios para divulgá-la entre organismos da sociedade civil.

Nessa mesma linha, todas as situações-tipo reconhecem que as relações que se forjam com outros atores permitem novas possibilidades: em uma instância constitutiva, a relação que se estabelece com os adultos organizados em torno da demanda que os preocupa; no desenvolvimento da organização, os vínculos que se estabelecem com outros atores sociais, tanto entes governamentais como organizações da sociedade civil.

A presença nos meios é diferente de acordo com cada demanda e o potencial do grupo de interessar e envolver os meios em suas ações e atividades.

Junto com a valorização da participação, a busca de consenso e tomada de decisões democraticamente (a partir da participação na forma de assembléias) é outra característica comum. Como vimos, alguns dos grupos a têm como um objetivo a alcançar; H.I.J.O.S., por sua vez, a tem como uma prática decidida, que inclui nuances próprias.

Adicionalmente, as situações-tipo compartilham uma visão otimista em relação ao futuro, que se vincula com a valorização da participação e as potencialidades da organização para a transformação das situações de demanda. Este otimismo contrasta com o pessimismo de vastos setores da juventude em geral, e daqueles com menos oportunidades em particular.

### **Tensa relação em construção**

As ações empreendidas pelas situações-tipo, após o exercício de direitos sociais e cidadãos, instalam-se na brecha que se abre entre a concretização de suas demandas e as ações e políticas efetivamente impulsionadas para satisfazê-las.

De um lado, a situação dos jovens em nosso país está marcada por sua história recente, caracterizada por profundas transformações estruturais, que não só tiveram impacto sobre suas condições de vida, mas também sobre as suas perspectivas para o futuro. De outro, do ponto de vista do Estado, desenvolveram-se, durante os últimos anos, ações específicas dirigidas aos jovens, principalmente destinadas a favorecer suas condições de inclusão educativa e trabalhista.

Entretanto, essas ações não conformam uma estratégia conjunta e integral que interpele os jovens a partir – pelo menos – de sua identificação etária. Pelo contrário, a maioria dos programas e políticas para a juventude são dirigidos a alunos, doentes, desviados ou, no melhor dos casos, usuários ou cidadãos e consumidores (políticas culturais), entre outros. Desse modo, pelo fato de não serem concebidos pelo ponto de vista de organismos específicos para a juventude, mas de política transversal, abordam o sujeito a partir de um conceito parcial.

Somado a isso, na Argentina, assim como em outros países da América do Sul, não existe ainda uma lei nacional para a juventude que dê forma às ações destinadas à população jovem e possibilite a consolidação de um organismo nacional estável, que admita o acordo político entre diversos atores. Por conseguinte, não existe uma articulação estratégica das políticas destinadas a esse setor em particular e a dispersão prima como característica distintiva dos programas e políticas destinados aos jovens.

No cenário que descrevemos, a efetiva resposta às demandas que analisamos se expressa primordialmente no plano da política pública. Entretanto, consideramos que esta é apenas a parte emergente do modo como se articulam o Estado e a sociedade civil e – a partir disso – abrem-se canais de influência para que as demandas das organizações de jovens encontrem vias de expressão.

Tudo isto, por sua vez, vincula-se com as fontes de reconhecimento social e a institucionalidade que os agrupamentos de jovens

ARQUIVO FUNDAÇÃO SES



conseguem construir a partir de sua participação no espaço público e da possibilidade de enlaçar ações e objetivos com outros atores.

Podemos concluir que em nosso país – apesar dos avanços que registramos – a brecha que separa as demandas que analisamos das políticas que lhes outorgam resposta é ainda ampla, tanto pela dispar influência que têm as organizações que expressam essas demandas, como pelo modo com que as respostas estatais vieram se articulando.

A partir das observações da pesquisa, a potencial incidência das ações impulsionadas pelos agrupamentos que defendem as demandas que analisamos, desdobra-se em distintos âmbitos:

- Incidência no Estado: a partir da incorporação da demanda em sua agenda, e da efetiva resposta à mesma por meio de políticas públicas.
- Incidência na sociedade civil: pelo fortalecimento de iniciativas existentes e a apropriação e o impulso da demanda por parte de outros atores “aliados”.
- Incidência social: a partir da possibilidade de estender (universalizar) a demanda por meio de seu reconhecimento social.

Os âmbitos enunciados não são independentes: uma demanda que consegue fazer eco garante aliados na sociedade civil e propicia a instalação da demanda na agenda pública e a conseqüente resposta por parte do Estado. Acreditamos que a obtenção de uma incidência decisiva em todos os âmbitos depende da forma com que a demanda é apresentada e enunciada; e que isto não é independente do sujeito social que a impulsiona.

Além do mais, o Estado deve ser permeável: as políticas públicas para a juventude (PPJ), definidas sem a participação dos próprios jovens não levam a bom termo. É indispensável que quem trabalha na definição dessas políticas tenha um ouvido atento e agudo, alerta ao que acontece com os seus destinatários. Ignorar o que é demandado do Estado, desconhecer as reclamações das organizações juvenis e acreditar que, mesmo assim, se impulsionam ações em benefício dos jovens, é transitar por um caminho errado que resulta extremamente caro a nossos jovens em particular e prejudicial para a sociedade em seu conjunto.

Longe de serem o futuro, os jovens são e estão agora... no presente. Enquanto estes jovens sujeitos forem considerados como parte de uma etapa transitória, como

“uma doença que se cura com o tempo”, dificilmente se poderá apreender a especificidade destes sujeitos de direito. Mais complexo ainda é pensar que se possa dar alguma resposta relevante e significativa a um interlocutor ao qual não se compreende... O primeiro pressuposto para um diálogo fértil é o reconhecimento mútuo entre os interlocutores: sem este primeiro passo, não há PPJ que possa pretender ser fecunda... Acreditamos ser fundamental considerar os jovens como sujeitos de direito em todos os âmbitos onde se trabalhe com juventude.

Na atualidade, a maior parte das ações do Estado dirigidas aos jovens se desenvolvem no âmbito da política transversal, em diferentes ministérios e secretarias (Educação, Cultura, Trabalho, Desenvolvimento Social, entre outros). Por outro lado, não existe uma conceituação e definição da categoria “jovem”, já que existem diferentes construções nos diversos âmbitos.

Por último, um fator que aparece vinculado como ideal para apoiar a construção de uma PPJ é a existência de suporte legislativo que a acompanhe e contribua para a construção de uma nova institucionalidade. Pode tratar-se da sanção de uma única lei que emoldure todos os aspectos da juventude ou de leis específicas que permitam ter organismos públicos versáteis, permeáveis perante os temas da juventude. Embora a relação de complementação entre uma política pública para a juventude e uma lei seja clara, não parece totalmente evidente qual das duas possibilita a outra. O que certamente fica claro é que um grau maior de institucionalidade é necessário para resguardar os ganhos, em termos de PPJ, dos entes políticos dos governos da vez.

Para finalizar, e recuperando um desejo que expressaram nossos entrevistados, poderíamos somar aos desafios expostos às políticas públicas no plano nacional a necessidade de compartilhar e articular experiências, demandas e políticas ligadas à juventude em âmbito regional.

Pensar nos jovens como sujeitos ativos de políticas para a juventude é um desafio que mobiliza muitos governos, e é um tema que, por sua urgência e importância, conseguiu instalar-se na agenda pública e posicionar-se nos diversos âmbitos da vida social. Foi também o caso da Argentina, embora – como assinalamos – ainda fique um longo caminho por percorrer em termos de política pública para a juventude. ■

# Luta dos jovens aymaras na cidade de El Alto

Na história da Bolívia, os movimentos sociais estiveram vinculados à conquista dos direitos políticos e sociais. A característica particular desses movimentos sociais foi a capacidade de construção das linhas de adesão e mobilização com efeitos estatais, produzindo mudanças significativas ao longo dos séculos em vários aspectos do campo político estatal, tanto em matéria de política econômica como nos processos de conquista do sistema democrático.

Em particular, o movimento mineiro se converteu, na história boliviana, na poderosa força social que incidiu na política econômica dos governos e que, em várias ocasiões, enfrentou os governos militares. Como consequência das medidas políticas do Estado neoliberal, esse movimento perdeu a sua força aglutinadora e surgiram outros movimentos sociais, como o movimento cocalero, o movimento camponês indígena, o movimento indígena das terras baixas e o movimento urbano nas cidades de El Alto e Cochabamba.

Esses movimentos sociais questionaram a estrutura do modelo econômico neoliberal vigente: a abertura do mercado, a privatização dos recursos naturais, e também explicitaram a demanda dos direitos dos povos indígenas, Assembléia Constituinte, inclusão social e respeito à diversidade cultural. Do mesmo modo, surgiram os movimentos regionais interpellando o Estado centralizador e com demandas por autonomia departamental. Essas regiões mobilizaram multidões de pessoas sob a bandeira do regime político autônomo. Em resumo, a Bolívia vive momentos de redefinição histórica da sociedade colonial e monocultural do Estado. Há setores da elite boliviana que se empenham para manter o modelo econômico moderno, enquanto outros setores empobrecidos procuram reconstruir modelos alternativos de uma sociedade plurinacional.

Enquanto isso, os movimentos juvenis são ignorados por diversos analistas, políticos e jornalistas, apesar de os jovens participarem ativamente dos movimentos sociais, adotando diferentes métodos de luta e participando de modo espontâneo, assumindo atitudes virulentas e enfrentando a polícia nacional. No entanto, a sua participação não representa nenhuma instituição social, tampouco seguem nenhum líder sindical ou político.

Neste trabalho, analisam-se métodos de luta, a canalização da demanda pela formação de professores, construção de aliados sociais e políticos. O movimento juvenil de El Alto

esteve patrocinado por pessoas adultas que têm experiência no manejo hábil dos métodos de luta, mas este movimento juvenil surgiu em torno da demanda da escola de formação de professores que aglutinou uma multidão de jovens de primeira e segunda geração de imigrantes das províncias de La Paz. Este setor juvenil se inscreve no ensino Normal com a expectativa de “ser alguém na vida social” e obter um emprego digno, estável e com direito à seguridade social.

### Característica do movimento juvenil

A cidade de El Alto é considerada uma cidade andina e aymara da Bolívia porque está constituída por uma população de imigrantes aymaras de províncias “paceñas” (de La Paz). Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, 80% dos habitantes da cidade se identificam com a cultura étnica aymara. Também há muitos estudos que indicam a cidade de El Alto como a mais pobre da Bolívia, pois cada uma de suas famílias vive com menos de US\$ 1 por dia e a maioria delas está vinculada às atividades artesanais e ao comércio informal.

Não obstante, a demanda educativa (universidade e ensino Normal para a cidade) surgiu das associações de moradores na década de 1980, apesar de, nessa época, a demanda educativa não ser prioridade para os dirigentes vicinais, pois, estes, estavam lutando veementemente pela autonomia do Governo Municipal



ARQUIVO PIEB

de El Alto. No entanto, a demanda educativa tinha forte presença no discurso dos dirigentes. Desde a década de 1990 surgiram diversas “Normais-piloto” que funcionaram para formar apenas os professores interinos da cidade, impulsionados pelo Ministério da Educação. Entretanto, a partir do ano 2002, cria-se uma Normal que, depois de alguns anos, se converteu em um movimento juvenil sem precedentes na história alteña (de El Alto). É possível que, anteriormente, a população alteña tenha sido testemunha do movimento juvenil universitário que pedia a criação de uma universidade. Desta vez, o movimento juvenil demandava a criação de uma escola de formação para professores.

É uma juventude de imigrantes aymaras de primeira e segunda geração que têm o desejo de estudar como central. Por essa lógica, a educação superior se converte em uma missão que deve ser alcançada pela nova geração fazendo sacrifício e esforço pessoais. Na estrutura subjetiva da juventude está o desejo de estudar e, assim, ter acesso a um emprego estável e tornar-se um cidadão. Nesse setor juvenil, a educação superior é endeusada e espera-se dela uma ascensão vertiginosa em direção à inclusão social. Significa dizer que a formação superior é assumida como estratégia de mobilidade social por meio de um emprego estável e, por conseguinte, o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Os jovens, a princípio, aceitam um salário baixo, mas ficam fascinados com o fato de ter um trabalho estável. Quando se inscreveram na Normal o fizeram com a ilusão de estudar para serem professores, dispostos a lutar pela criação de uma Normal. É uma juventude que está isenta de responsabilidade familiar, têm menos amarras para participar do movimento juvenil. Ali adquiriram novas experiências e, sobretudo, começaram a entender a demanda de formação de professores como direito cidadão.

Desde a sua criação, a Normal passou despercebida por quase três anos e, no fim de 2005, irrompe no cenário público e explicita a demanda pela resolução ministerial. Até essa data, o instituto conseguiu inscrever um grande número de jovens. Estima-se em mais de 6 mil aqueles que aspiravam receber uma formação para serem professores. Este movimento juvenil chamou-se Instituto Normal Superior Antonio Paredes Candia (INSAPC) e foi liderado por professores que expuseram como demanda a criação da Normal.

O movimento juvenil INSAPC esteve apoiado, desde a sua criação, pelo atual prefeito de La Paz, José Luis Paredes, que proporcionou a ajuda necessária, tanto em termos materiais como simbólicos, para que a nova Normal funcionasse. José Luis Paredes constituiu esse grupo de jovens para servir de contingente em sua candidatura nas eleições nacionais de 2005. Durante a campanha eleitoral, ele professou e realizou promessas gerando ilusões entre os jovens. Não há dúvida de que as promessas do candidato influenciaram a participação militante dos jovens na atividade eleitoral, fazendo-os, até, advogarem para que seus familiares votassem no candidato Jorge Quiroga para presidente e em José Luis Paredes para prefeito de La Paz. Foram realizadas diversas atividades culturais promovendo a candidatura de José Luis Paredes e diversas manifestações estiveram impregnadas com a militância política onde se vociferavam as seguintes palavras de ordem: “Tuto<sup>1</sup> presidente e queremos uma Normal para El Alto”.

### Normal paralela

Em meados de 2005, surgiu outra escola de formação de professores chamada Instituto Normal Superior de El Alto (INSEA). Este instituto teve forte apoio de dirigentes sociais da cidade de El Alto. A Normal foi criada com o objetivo de neutralizar a força do movimento juvenil INSAPC, que foi criticado por sua politização. A criação de outra Normal paralela serviu para debilitar esse movimento juvenil.

A Normal paralela inscreveu mais de 3 mil jovens até o início de 2007. É possível que, em termos numéricos, esse movimento juvenil tenha sido menor. Porém, paradoxalmente, mostrou ter mais força social e capacidade de negociação com diferentes autoridades políticas. Os dirigentes constituíram uma Comissão Interinstitucional para analisar a possibilidade de criar a Normal, enquanto o movimento juvenil liderado por professores não obtinha nenhum avanço substancial em suas reivindicações e, apesar das várias manifestações que efetuaram, não obtiveram os resultados esperados.

O movimento juvenil liderado pelos professores elaborou o desenho curricular da nova Normal. A demanda do movimento foi apresentada ao Ministério da Educação, tanto no governo de Eduardo Rodríguez como no de Evo Morales, mas não obteve nenhuma resposta favorável. Este movimento juvenil utilizou

<sup>1</sup> “Tuto” é o apelido de Jorge Quiroga.

como método de luta a manifestação de rua, por meio do qual procurou gerar impacto social em duas dimensões: por um lado, tenta-se produzir impacto social pelo bloqueio das principais avenidas da cidade; por outro, ao se organizar a manifestação, são feitos esforços para que a maioria dos jovens participe, por meio de diferentes mecanismos de sanção estabelecidos na assembléia. E, finalmente, as manifestações tendem a ser acompanhadas por cartazes e músicas ilustrando as demandas do movimento juvenil.

Não há dúvida de que o movimento juvenil empreendeu inúmeras manifestações com o intuito de que suas reclamações fossem ouvidas. A manifestação como método de luta se converteu, então, em algo recorrente e praticado em várias ocasiões para produzir sensibilidade social. No entanto, o movimento juvenil impulsionado por dirigentes sociais, embora recorresse a esse método de luta apenas em algumas oportunidades, o fez em maior escala quando a sua demanda esteve em risco.

O movimento juvenil liderado pelos professores utilizou como método de luta as manifestações, mas não obteve sucesso em nenhuma de suas demandas. Isto se explica de maneira simples, pois os professores mobilizaram os jovens, mas não construíram aliados sociais ou políticos. Por outro lado, o movimento juvenil INSEA, patrocinado por dirigentes, adotou outros métodos de luta, construindo alianças com deputados do Movimento pelo Socialismo (MAS) e formando pequenos grupos de pressão. Estes grupos eram compostos por dirigentes sociais e juvenis, que tinham como missão exercer pressão simbólica sobre as autoridades do governo. Entre estes, estava o dirigente máximo da Central Operária Regional (COR), que, por seu capital político reconhecido por diversos setores sociais, estabelecia contato direto com as autoridades do governo.

Ambos os movimentos juvenis também utilizaram os comícios como método de luta para exercer pressão sobre as autoridades do governo. Este método era praticado às portas do Ministério ou na Praça Murillo – centro político importante da Bolívia. O comício é, geralmente, constituído por uma grande quantidade de jovens que vociferam suas demandas, acompanhados de cartazes refletindo suas reclamações, pedidos concretos para que a opinião pública e as autoridades do governo conheçam suas reivindicações. Este método de luta não costuma ter um impacto efetivo para o

movimento juvenil, pois são pressões de caráter simbólico, apesar de os comícios serem acompanhados de fortes vozes de protesto, *slogans* beligerantes, discursos radicais (“unidos jamais seremos vencidos”) e a queima de bonecos representando o ministro da Educação. O comício foi bastante utilizado como método de luta pelo movimento juvenil liderado pelos professores e consistia na tomada física da Praça Murillo. Já o movimento juvenil INSEA só recorreu a esse método em poucas ocasiões.

De maneira excepcional, os movimentos juvenis recorreram a métodos de luta como a greve de fome, tendo esta medida drástica sido adotada, sobretudo pelos jovens reprovados no exame de ingresso à Normal. A greve de fome é uma forma de luta que consiste em utilizar a autoprivação de alimentos e o risco de morte como últimos recursos para gerar sensibilidade nas autoridades políticas e fazer com que suas demandas sejam ouvidas.

Esse método de luta foi repudiado, chegando-se a pôr em dúvida a seriedade da medida, pelo movimento juvenil liderado pelos professores, que fez discursos procurando desacreditar a atitude dos jovens grevistas e desenvolvendo uma enorme pressão social contra eles. Esse movimento recorreu, então, à passeata a partir do povoado de Calamarca, a qual se tornou método de luta a ser incluída nas demandas pela criação da Normal. A passeata pela estrada principal entre La Paz e Oruro buscou mostrar a força do movimento juvenil, mas, na realidade, significou um retrocesso por uma série de cisões internas que debilitaram seriamente o movimento.

Esse movimento juvenil com demandas rígidas, que mobilizou um contingente de jovens, começou a decair a partir do momento em que se criou a Normal, pelo abandono maciço dos jovens. Apesar disso, os professores continuaram insistindo com a sua demanda pela criação da Normal com o nome de Antonio Paredes Candia – o que os levou ao fracasso e posterior expulsão do movimento que, durante a liderança dos professores, não trouxe nenhum resultado favorável para os jovens. Após a separação dos professores, os jovens assumem a liderança do movimento juvenil e procuram aliados entre os dirigentes sociais da cidade de El Alto.

Finalmente, o movimento juvenil INSEA construiu alianças com dirigentes sociais da cidade de El Alto. Estes dirigentes haviam tido um papel preponderante na criação da

Normal e, até mesmo, impuseram às autoridades do ministério que lançasse uma convocatória fechada apenas para os jovens que criaram a Normal INSEA junto com esses dirigentes sociais. No entanto, havia muitos jovens do movimento Antonio Paredes Candia e outros que haviam se inscrito nos primeiros meses de 2006 que não puderam entrar na Normal e continuaram a sua luta por esse acesso. Esses jovens, então, se aliaram aos dirigentes sociais de El Alto e participaram de diversas de suas atividades (conselhos, comícios, manifestações). No entanto, estes jovens não receberam o mesmo apoio militante dos dirigentes. Por exemplo, o Ministério da Educação lançou uma segunda convocatória pública ignorando os acordos feitos com os jovens. Seus supostos aliados não defenderam ou exigiram o respeito aos acordos, que consistiam em uma convocatória fechada apenas para os jovens que lutaram pela criação da Normal.

Ante a indiferença dos dirigentes, os jovens, em várias oportunidades, tomavam os dirigentes sociais como reféns. O mesmo ocorreu com o prefeito de La Paz, José Luis Paredes, e com o diretor da nova Normal, German Quisbert. Este método de luta consistia em uma ação surpresa de “tomada” dos dirigentes em seus escritórios nas organizações sociais e na realização de cercos que impediam a saída dos mesmos. Era uma forma de pressão que exerciam os jovens para que os dirigentes respeitassem os compromissos firmados com as autoridades do governo. Em algumas ocasiões, os dirigentes foram “resgatados” pela polícia nacional. Em outras, por suas próprias bases em meio a enfrentamentos virulentos que terminavam em graves lesões.

Talvez este método de luta tenha sido uma ação singular dos jovens, porque requer uma série de ações rápidas e a organização de bases adestradas para tal efeito. Nesse sentido, não é um método de luta habitual entre os movimentos sociais indígenas na Bolívia, mas este método de tomada de reféns foi utilizado frequentemente contra dirigentes em diferentes circunstâncias.

### Balanco geral

Os movimentos juvenis foram patrocinados por adultos com demandas parecidas: a criação da Normal, cuja demanda articulou uma enorme quantidade de jovens que se inscreveram com a esperança de serem professores. Um desses movimentos foi liderado por professores, que



ARQUIVO PIEB

empregaram diversos métodos de luta para que suas demandas fossem ouvidas. Em sua gestação, recebeu apoio significativo do atual prefeito de La Paz, José Luis Paredes, mas depois das eleições nacionais de 2005, essa relação se rompeu. Enquanto isso, os professores continuaram apostando e confiando em seus métodos de luta, pela enorme quantidade de jovens que mobilizavam, ocupando as principais ruas e avenidas de La Paz.

O movimento liderado por professores realizou um grande número de manifestações, comícios e passeatas, mas não alcançou nenhuma de suas demandas principais; enquanto o movimento juvenil impulsionado por dirigentes sociais de El Alto – apesar de numericamente menor – concretizou a criação da Normal, negociou as cotas e o exame fechado apenas para os jovens que lutaram com os dirigentes sociais pela criação da Normal.

O movimento juvenil empreendeu ações coletivas em algumas ocasiões. Sua força política estava no fato de ter construído alianças estratégicas com dirigentes sociais e deputados nacionais do partido oficialista, enquanto o movimento liderado pelos professores não angariou aliados sociais nem políticos e foi estigmatizado por ter participado da campanha eleitoral a favor de candidatos de direita, o que afetou seriamente a conquista de suas demandas. ■

# O seqüestro da demanda cativa

O Chile é um país com 16,5 milhões de habitantes, dos quais cerca de 25%, 4 milhões, são jovens de 15 a 29 anos. Sua população, majoritariamente urbana, concentra-se na zona central do território (60% da população total), que compreende as regiões de Valparaíso, Bío Bío e Metropolitana. Segundo o censo mais recente, na Região Metropolitana, onde se localiza a capital, Santiago, vivem mais de 1 milhão e 400 mil jovens.<sup>1</sup>

A população escolar no país (ensino básico e secundário) chega a 3 milhões 225 mil 808 estudantes, dos quais apenas 8,9% assistem às aulas em estabelecimentos privados. O restante vai a estabelecimentos com subvenção parcial ou total do Estado. A cobertura educacional no Chile alcança quase 90% em ensino básico, 94% em ensino médio e 31,5% em educação superior.

Uma das grandes desigualdades observadas no país é no acesso à educação. Enquanto os jovens que pertencem aos 20% mais ricos têm, ou certamente terão, 12 anos de escolaridade, daqueles que pertencem às famílias mais pobres, metade nunca terminará

<sup>1</sup> Instituto Nacional de la Juventud: segundo informativo nacional da juventude. Santiago: Injuv, 2006.

a educação obrigatória, especialmente nas zonas rurais. A situação é crítica também para a outra metade, pois em muitos estabelecimentos públicos conclui-se que a única alternativa de desenvolvimento para o futuro é a educação técnico-profissional, que os teria de habilitar para integrar-se rapidamente ao mundo do trabalho. No entanto, esta opção também apresenta sérias dificuldades e extingue toda possibilidade dos jovens vislumbrarem outra alternativa.

A sociedade chilena tendeu a considerar a juventude uma subcultura, com pouca integração ao sistema. Marginal e anômica, prática ou objetivamente transgressora, seria uma contracultura disfuncional e contestadora, mas com grande capacidade para o consumo. Seria uma etapa transitória que serve de preparação para o futuro, mas seria, especialmente, uma população em permanente risco. Risco, sobretudo, de constituir uma crítica ao sistema hegemônico e um elemento subversivo a uma suposta normalidade.

No Chile, o juvenil está presente, mas sob uma ótica e prisma complexos: “desagregado, posto em negativo e desarticulado”<sup>2</sup> das intenções democráticas com as quais se desenharam a oferta programática. Não existe, mesmo, uma visualização clara sobre a natureza do respaldo no interior das instituições públicas designadas para tais efeitos.

Para não ficar para trás no “tom” latino-americano com que se trata a temática e se aborda a juventude, predomina no Chile um discurso sobre o qual é necessário ter muita atenção. Não só pela sua correlação com o que acontece em latitudes próximas, mas também porque é um discurso que produz ressonâncias equivocadas e linhas programáticas que poucas vezes respondem às necessidades, preocupações, interesses e desejos dos jovens do país.

No que se refere à Política Nacional de Juventude, durante a pesquisa, transpomos constantemente os limites entre a tranquilidade e a franca preocupação. Preocupação porque ao indagar nos campos de ação das políticas do setor que nos convoca, observamos uma clara ausência da voz dos jovens. Inquietação ao ouvir da encarregada do Instituto Regional que “em Valparaíso há pouquíssimos jovens”, ou ao nos inteirar de que os ingressos para um concerto gratuito e voltado para as massas se entregavam apenas entre 9h e 13h, de segunda-feira a sexta-feira.

Desconcerto quando pouco depois da “Revolução do Pingüim (Revolución Pinguina,

assim conhecida pelo tradicional uniforme utilizado pelos estudantes)”, com mobilização de cerca de 1 milhão de estudantes em todo o país “por uma educação pública, gratuita e de qualidade”, os governos locais promoveram oficinas de verão sobre liderança juvenil. Preocupação, crescente, ao ler e verificar que a maioria dos planos e projetos relativos à juventude se fazem para e não com os jovens.

O que está acontecendo aqui? Que diagnóstico pode-se fazer? E, de onde nos encontramos, quais elementos da investigação sobre agrupamentos juvenis realizada no Chile poderíamos pôr hoje em debate?

## Fronteira entre preocupação e tranquilidade

Utilizando termos provavelmente reducionistas, parece-nos que a oferta de recursos – em sua maioria de fundos “concursáveis” – e os objetivos a que se encerra – muito longos e com pouco conteúdo prático –, parecem determinar, persistentemente, a demanda ou, pelo menos, o discurso sobre o que significa ser jovem hoje.

É na fronteira entre a preocupação e a tranquilidade, tendendo mais para esta última, que situamos o crescente interesse de nosso Instituto Nacional de Juventude em avançar no aprofundamento de estudos. Pesquisas representativas, análises interessantes e progressistas, publicações periódicas que, entretanto, ainda não parecem se aproximar suficientemente da programática, da ação; ficando em uma esfera nebulosa mais próxima a boas e vitais intenções do que a sólidas e reais práticas institucionais.

Tranquilidade pelo transbordamento ao constatar, mais uma vez, que os âmbitos de controle social são limitados. É um alívio quando constatamos que o espaço interpessoal dos jovens é, além de tudo, um espaço de resistência.

Quando descobrimos que a Política de Juventude tinha tantos pontos cegos como possibilidades de esquivá-los, sentimos uma estranha sensação de alívio. Quando vimos que a temporalidade e a organicidade dos grupos juvenis que estávamos estudando eram quase um mistério para o poder público, o que facilitava o desdobramento de ações diferentes às tradicionais, convencemo-nos de que estudar os agrupamentos juvenis do Chile valia a pena.

Em plena “Revolução dos Pingüins”, Martín Zilic, então ministro da Educação, convocou os estudantes para uma mesa de diálogo

<sup>2</sup> Oscar Dávila. La década perdida en política de juventud en Chile: o la década del aprendizaje doloroso?. Última Década N°14. Valparaíso: Ediciones cidpa, 2001.

a fim de que devolvessem os colégios tomados e retornassem às aulas normais. Ele esperava encontrar-se com poucos representantes secundaristas com capacidade resolutive, com os “cabeças” ou os “líderes”, e calculou 12 lugares na mesa de reuniões. Qual não foi a sua surpresa quando chegaram mais de 300 jovens – mulheres e homens –, da capital e do resto do país, com a intenção de dialogar. Eram muitos... e eram, além disso, muitos porta-vozes, o que significava que nenhum estava apto a tomar decisões sem consultar as bases. Formalmente não havia representantes; nenhuma informação circulava sobre as reuniões “dos pingüins”, sempre fechadas ao mundo adulto. Naquela ocasião, o ministro teve que adiar o encontro e pensar em uma estratégia diferente.

A organicidade horizontal e não representativa do movimento secundarista de 2006 era uma sugestiva crítica ao sistema, que, além de tudo, dava coesão, sentido e credibilidade à sua demanda por uma “educação pública, gratuita e de qualidade”. Mas, ao mesmo tempo, sua forma de organização converteu-se no principal empecilho para dialogar com o poder político.

Mais ao sul do Chile, Concestyle, organização juvenil que agrupa os praticantes de skate, os ciclistas e os patinadores de Concepcion, conseguiu, finalmente, com base em uma forte campanha dirigida por eles mesmos, que o município construísse o primeiro parque de skate da região, o primeiro lugar no Chile a oferecer espaço e estrutura para a prática dos três esportes.

Muito além da empatia provocada por saber que terão enfim seu espaço, não devemos deixar de considerar que sua demanda percorreu um caminho bem menos pedregoso que o de outros jovens por três principais razões: a) sua demanda era concreta, factível e, portanto, adequava-se àquilo que a política local está possibilitada a lhes oferecer; b) sua demanda era funcional às políticas de gestão urbana, pois faziam uma ocupação problemática da cidade; e c) a maioria deles são estudantes universitários e decidiram levantar a sua demanda a partir do status que outorga a profissão e não o ser jovem.

### Principais obstáculos

No estudo, percebemos três principais dificuldades pelas quais atravessam os jovens. A primeira delas é o discurso generalizado segundo o qual os jovens são gestores de seu

próprio desenvolvimento. Um discurso que individualiza não só suas ações e projetos, isto é, sua trajetória, mas também esconde a origem dos obstáculos e as condições socioeconômicas que dificultam, para não dizer que impedem, buscar para si caminhos alternativos.

Os jovens sabem que suas demandas são legítimas porque receberam o apoio dos adultos – da sociedade chilena no caso dos estudantes secundaristas. Entretanto, este apoio depois lhes é tirado e isso é algo muito desconcertante. Os psicólogos sociais chamam a isto de desamparo aprendido, e é a segunda dificuldade que percebemos.

A terceira dificuldade se configura a partir dos espaços de participação existentes. Espaços onde geralmente o exercício democrático consiste em perguntar, administrar, postular, avaliar, comentar, criticar e propor...



## Jogo de palavras

Concordamos que a Política Chilena de Juventude não garante uma abordagem integral dos jovens; que falta coordenação governamental nos temas que interessam aos 24% da população; que estas 4 milhões de pessoas, em especial as mais jovens, não têm espaço para propor suas idéias e menos ainda para implementar ou avaliar os programas desenhados para elas.

O título de nosso estudo, "o sequestro da demanda que cativa", é um jogo de palavras. Demandas intrinsecamente políticas, com a insistente pergunta do que queremos para o país e como o fazemos melhor; esta é a

pergunta dos estudantes secundaristas que cativou e mobilizou a sociedade; as demandas foram seqüestradas, reformatadas e devolvidas a seu âmbito setorial.

Por outro lado, demandas concretas, factíveis, funcionais, são demandas dos jovens de projetos, demandas que estão cativas, capturadas no jogo das políticas que constroem e organizam priorizando um espaço para cada atividade/grupo.

Com este panorama, gostaríamos de fazer o convite a pensar em uma juventude chilena que joga (admitimos, isso sim, muitas vezes sem o conteúdo

lúdico da palavra jogo) entre um espaço interpessoal, de resistência e outro de integração funcional; espaços aos quais é necessário dar muita atenção, mas sobretudo aos quais é necessário dedicar políticas concernentes.

Convence-nos a idéia de que a Política de Juventude tem que constituir um instrumento de mapeamento com as possibilidades de um sextante; isto é, um instrumento com a capacidade de mediar criticamente com a convicção de que é indispensável incorporar os jovens no debate, e não apenas incluí-los nas pesquisas sobre as políticas que hoje repercutem em suas vidas.



© Baraphoto.



ARQUIVO CIDPA

tudo pela Internet, o que fortalece e reproduz a participação individual e não a coletiva.

Os jovens de agrupamentos juvenis no Chile têm que juntar-se ou afastar-se da forte cultura assistencialista que aqui predomina e sua versão estatal: a promoção do voluntariado, com matizes que aqui não cabe aprofundar.

Se decidem se afastar, têm que fazer o dobro de esforço para pôr em evidência a condição em que vivem, sobretudo aqueles que cresceram com menos recursos. Neste aspecto, o movimento secundarista constitui um marco, pois conseguiu configurar, compartilhar e socializar um diagnóstico crítico da educação no país, convertendo, por uns meses, o projeto educativo em um problema político, em uma questão de todas as pessoas. Embora tempos depois, a sua demanda lhes tenha sido arrebatada.

Quando os agrupamentos que trabalhavam em colaboração com o Departamento de Jovens de Concepcion se opuseram à política

de orçamentos participativos (que consistia em votar para financiar os melhores projetos juvenis) a favor de que o dinheiro fosse distribuído igualmente e que, além disso, fossem geradas atividades que os conectassem; e também a vitória do Concestyle, constituem um segundo marco que outorga conteúdo ao vínculo existente entre política de juventude, agrupamentos juvenis, outras políticas setoriais, interesses individuais e a indústria cultural – sob o guarda-chuva do sistema de mercado que “funciona” em nosso país.

Mais que um vínculo, o espaço interpessoal, que visualizamos também como de resistência, tem especial relevância neste intrincado. Nele, e além das experiências entre atores, ou com elas, os jovens vivem intensamente sua capacidade de agrupamento, fortalecem-na, compartilham-na, experimentam as alternativas pré-fabricadas pela indústria cultural sem medo, mas também sem nenhuma proteção. ■



# Entre modelos antigos, o mercado e a busca de cidadania

Em fevereiro de 2008, a transição paraguaia completou 19 anos sobre as bases do antigo regime e o mesmo partido desde 1940 no poder. A geração jovem contemporânea está imersa em uma abertura semidemocrática e socialmente excludente que se caracteriza por um poder cativo às lealdades tradicionais, com governos condescendentes às pressões internacionais que marcam a liberalização comercial. Estas notas são um adiantamento de dois estudos sobre as demandas de organizações juvenis no Paraguai, a Fenaes (Federação Nacional de Estudantes Secundaristas) e jovens camponeses da Asagrpa (Associação de Agricultores de Alto Paraná)<sup>1</sup>, os quais permitem discriminar as demandas que mais mobilizam seus jovens integrantes. Nessas organizações, a juventude expressa uma resistência, faz frente e até representa uma ruptura com a voracidade regressiva das antigas políticas e a implantação da atual estratégia econômica.

<sup>1</sup> As pesquisas foram realizadas no segundo semestre de 2007 por Base Investigaciones Sociales (Regina Kretschmer, Diego Segovia e Luis Caputo), no âmbito do projeto de pesquisa regional Juventude e Integração Sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis, organizado por Ibase e Instituto Pólis, com apoio financeiro do International Development Research Centre (IDRC).

Atualmente, a economia está dominada pelos oligopólios dos agronegócios ligados à globalização que têm suas bases territoriais – e como um amplo laboratório de experimentação – nas zonas mais produtivas e de fronteira do Paraguai. Com um frágil Estado de direito e uma corrupção institucional recorrente, foram poucas as mudanças no campo das igualdades, com tentativas de golpes de Estado (1992 e 1999) que deixaram feridas abertas na sociedade civil. Tanto o clã de famílias vinculadas ao regime do Stroessner como os golpistas, historicamente resistentes à cidadania, com incrível cinismo se fazem sentir como grandes democratas (o general Oviedo, o neto de Alfredo Stroessner e uma longa lista de velhos políticos). Cada vez mais, o Paraguai é um país de fortes contrastes, cujas ruas estão incompreensivelmente abarrotadas com veículos carros, mas também com meninos e adolescentes sobrevivendo no hostil mundo da informalidade. Perante esta lamentável paisagem, é preciso reconhecer suas causas.

As novas gerações se debatem nas consequências de um país especializado em virtualmente um só setor – a soja<sup>2</sup> –, gerador de

deslumbrantes dividendos para o grande capital agrícola, favorecido por nenhum encargo impositivo e beneficiado de uma estrondosa concentração de terras. Além disso, este processo descuidou e prejudicou o modesto universo de pequenas e médias indústrias geradoras de trabalho produtivo. Certamente, na política de não restrições aos fluxos de capital para fazer agronegócios, deixa-se a economia nacional inexoravelmente dependente das empresas fornecedoras de sementes e insumos biotecnológicos e do poder de compra do mercado internacional.

O país registra também uma extraordinária entrada de recursos oriundos de remessas de migrantes, porém meninos e jovens já não contam com a presença de seus pais. Deste modo, preconfigura-se um tipo de *doença holandesa* na economia, que faz com que se distorça o sistema de preços de consumo local, reforça-se o já histórico padrão migratório do país, agora com a expulsão de comunidades camponesas inteiras, aumentam-se os subúrbios pobres, em um círculo de desigualdades onde as pessoas jovens não conseguem sentir-se plenamente como sujeitos de direito,



ARQUIVO BASE-IS

<sup>2</sup> O patamar de cultivo de soja transgênica registrado para a atual safra 2008 é de 2 milhões 600 mil hectares, o que representa um terço da superfície apta para a agricultura no país.

e a sociedade não pode beneficiar-se de seus renovadores talentos. A juventude da Asagrapa aumenta as críticas à reestruturação dramática da agricultura: “os jovens vão para a cidade por causa da mecanização, porque os que plantam soja o fazem com tratores e apenas duas pessoas manejam quase 100 hectares, então não há possibilidade do jovem ficar”.

### Objetos mutáveis

Este sistema neoliberal de forte espírito anti-camponês interrompe a transmissão entre gerações da condição de pequeno agricultor, o qual tem justificativas políticas e de mídia para não sentir culpa alguma pela propriedade das terras camponesas e os recursos naturais do país: investimentos, modernização, eficiência, produtividade, divisas para o país, crescimento econômico, inserção no mundo. As famílias camponesas e seus filhos são considerados “objetos mutáveis” de seu meio, que podem deslocar-se de suas terras, sob a suposição de que estas são trabalhadas a uma baixa produtividade e com produções pouco valorizadas pelo mercado. Sem políticas para a juventude rural, a migração é considerada natural, até recomendada.

A migração interna e para o exterior é uma realidade tão crua para os jovens rurais e urbanos que um estudante define a migração como “um enorme mal necessário”. A questão é grave já que quase 33% da população jovem de 20 a 24 anos é migrante, cifra mais alta para as mulheres. Outra característica da juventude é a *prematura união em casamento*, sobretudo da juventude camponesa, na qual mais da metade das mulheres formam uma família antes dos 24 anos, acedendo à maternidade e paternidade cedo.

Mas a migração não elimina os urgentes problemas pessoais e sociais. As gerações jovens formam parte de uma estrutura social definida pelo explosivo incremento da pobreza, que passou de 33,7% em 1999 para 42% em 2006 (FAO/STP/DGEEyC); cenário que constitui um mau presságio para a coesão social e de gerações para a pretendida democracia do Paraguai: a juventude não se sente parte do Estado nem da economia em curso, pois não conta com possibilidades de adquirir autonomia, condição fundamental para um exercício pleno da cidadania.

Mas a hegemonia dos grandes grupos econômicos transnacionais e seus aliados no poder político não domina totalmente a vida

das novas gerações. Como movimento contra-hegemônico de alta importância: as “demandas” com as quais se mobilizam os grupos juvenis, como os estudados no Paraguai, constituem a matéria-prima com que saem e se mostram no espaço público. Indignadas, as pessoas jovens entrevistadas da Asagrapa demandam ao Estado e às grandes empresas agropecuárias que os respeitem como agricultores com direitos. Insistem em que “atualmente, a terra e o ambiente são duas coisas que se sustentam juntas.” A mais importante das demandas é a terra, concebida como *nossa mãe terra* (guarani: *yvy ñande sy*) em termos de uma reforma agrária integral. Assinalam que ao não contar como jovens com terras e outros recursos produtivos vêem reduzidos seus direitos econômicos, considerados vitais para emancipar-se como agricultores.

As propostas de um meio-ambiente natural livre de riscos ecológicos e contaminação genética são parte dos processos que entram em jogo com a agricultura mecanizada:<sup>3</sup> pressão por controlar os territórios, negligente asperção ambiental com organofosforados que contaminam os solos junto com os cultivos de subsistência e de renda camponesa – com o conseqüente solapamento da soberania alimentar do país – além de danos irreparáveis aos córregos de água potável e aos arroios, até o ponto em que os citados químicos são inalados pelas famílias camponesas.

A esse respeito, os jovens da Asagrapa dizem: “Observamos que a maior causa das doenças é o veneno (agrotóxicos) e por isso estamos fazendo campanhas contra”. Nas conversações com eles, de maneira quase surpreendente, pois boa parte são jovens de pouca escolaridade, fluem inúmeras palavras em torno da luta ecologista: transgênicos, agrotóxicos, envenenamento, desmatamento, meio-ambiente, natureza, alimentos saudáveis, soberania alimentar, saúde, desenvolvimento rural sustentável, etc. Por sua vez, eles ressaltam que, como jovens “promovemos como produzir organicamente, sem o uso de venenos, sem produtos químicos e há um lucro, estamos utilizando para os cultivos outra vez produtos naturais. Planejamos mais a agricultura orgânica, não são trabalhos pesados e os jovens adoram.”

Por outro lado, vários estudantes da Fenaes consultados se queixam da pouca produtividade das atividades teórico/práticas previstas para aprender conteúdos de ecologia: “Temos uma matéria chamada Educação

<sup>3</sup> As famílias camponesas – caracterizadas por uma boa proporção de filhos jovens – que durante o novo século atravessam esta devastadora situação, pertencem sobretudo aos Departamentos que fazem fronteira com Brasil e Argentina (Alto Paraná, Itapúa, Misiones), assim como Caaguazú, San Pedro e Caazapá.



Ambiental, na qual queremos fazer um projeto de limpeza do arroio mais próximo, mas nos dizem que não é possível porque não consta do programa do ministério, então, na verdade, não há aula prática". E mais, em relação à problemática ambiental, os estudantes estão convencidos de que: "todo mundo sabe e não faz nada"; "está se deteriorando muito e vai continuar..."; "o Estado deixou a questão totalmente de lado"; "faltam leis e informação: queimaram milhares de hectares de bosque e não ficamos sabendo."

Para a Fenaes, o acesso e a permanência nos ensinos médio e superior estão fortemente condicionados à facilidade ou não do traslado. Como alternativa às prementes barreiras socioeconômicas, a viagem ao estabelecimento

escolar é uma demanda altamente sentida pelos jovens dos centros metropolitanos que vivem com sérios problemas de ordenamento urbano. Paraguai, de maneira mais tardia que outros países da região, está experimentando um processo de massificação da educação secundária.<sup>4</sup> Mas, na realidade, os jovens escondidos nos bolsões de renda per capita mais baixos, não conseguem *permanecer e concluir os estudos secundários*.

Neste sentido, a obtenção da conquista do Passe Estudantil desperta outras expectativas nos estudantes organizados que o sistema educativo não satisfaz: superação dos problemas de rendimento e qualidade, revisar os enfoques e práticas de ensino e a mesma Reforma Educativa empreendida em 1999, até a melhora do sistema de avaliação. Ao mesmo tempo, a juventude camponesa da Asagrapa exige: estabelecimentos secundários relativamente próximos aos locais de estudo, possibilidades econômicas para ter acesso aos estabelecimentos urbanos e propostas de profissionalização do ofício de agricultor. Uma denúncia específica é que "a educação deve se adequar à realidade. Agora temos uma educação que não nos responde, é uma educação consumista que virtualmente destrói o jovem criando falsas ilusões. Então, é necessário que a educação se adapte à realidade do jovem que projeta sua vida a partir de sua comunidade. A terra e a comunidade são elementos muito fundamentais para uma visão educativa, onde a terra seja um meio de produção de mantimentos e de convivência em comunidade, e não um meio de produção do capital e de acumulação de dinheiro."

A juventude da Asagrapa denuncia a coerção a que estão sujeitos quando reclamam o direito à terra, por parte das patrulhas armadas privadas de produtores de soja e representantes do Estado: "agora o campo se abre como campo de batalha política, nossos inimigos são grandes endinheirados que podem matar, comprar e vender a lei facilmente. Temos a lei contra nós, o Estado contra nós. Antes, apanhávamos e nos davam uma medida substitutiva, alternativas, mas agora além da repressão, vamos direto para a prisão", fazendo alusão à política de criminalização das ações cidadãs diretas. Nos relatos das pessoas jovens, questionam-se fortemente as mediocridades de seus meios, assim como os dispositivos de controle social por parte da ordem estatal e das instituições adultas. Criticam, particularmente, os valores e práticas autoritárias. Nesta linha,

<sup>4</sup> Lembre-se que segundo a CEPAL, o umbral educativo a partir do qual começa a ser possível superar o círculo vicioso da pobreza é de 12 anos de estudo, ou seja, concluir o ensino médio.

observa-se que as corporações adultas não concebem as pessoas jovens como membros do país, constatando-se quão distante ainda está a juventude no Paraguai do benefício do direito à identidade juvenil e do *direito à cidadania*<sup>5</sup> vinculado aos DESC, todos estes, elementos centrais da condição jovem.

Nos pareceres juvenis, há uma forte demanda por maiores graus de liberdade e possibilidades de autonomia, mesmo de expressar-se na própria unidade familiar, muito especialmente as mulheres que sofrem de maneira mais intensa as travas para movimentar-se no espaço ou ir a reuniões de jovens. A partir da luta pelo direito ao Passe Estudantil como epicentro das demandas, a mesma experiência do movimento estudantil foi construindo novas exigências: livre organização e participação juvenil, livre expressão perante os estratos docentes e diretores, respeito às identidades juvenis e facilitação do desdobramento da cultura juvenil. Algumas demandas já foram reconhecidas (centros de estudantes) e outras ainda sofrem resistência, e às vezes a

própria conquista do meio-passe é dilatada pela burocracia e os caprichos dos empresários do transporte.

### Violências simbólicas

Outro tipo de demandas arrebatadas na dinâmica social, levantadas tanto pela juventude rural como estudantil, refere-se às *múltiplas violências simbólicas* e que se expressam nas condutas: “Nós os jovens estamos aqui para acatar ordens e não para discutir”, afirma um jovem da Asagrapa. Os dirigentes jovens explicam que quando se trabalha com os pais, tanto homens como mulheres não têm, geralmente, a possibilidade de contar com certa independência financeira, pois desde as decisões produtivas até a propriedade dos produtos da chácara são de exclusiva propriedade do pai. Trata-se quase sempre de direitos imateriais, mas de enorme sensibilidade na condição jovem para possibilitar viver dignamente a juventude – como poder se divertir, programar um noivado –, que ao combinar-se com o cerceamento

<sup>5</sup> Entendemos que “o conceito de cidadania pode ser aplicado a qualquer marco econômico, social e cultural determinado: a um Estado, a uma Entidad supranacional ou, por que não, ao mundo inteiro. A vocação universalista do conceito de cidadania é inquestionável e, portanto, estender ou limitar estes direitos será uma questão de vontades políticas”. En: Juventud ciudadana en la Unión Europea. Consejo de la Juventud de España, 2002.

## Sinais para uma política de juventude

No próximo dia 20 de abril, o Paraguai realizará eleições. Será uma oportunidade histórica para consolidar a frágil democracia, revertendo as corrosivas práticas político-estatais, e o desconhecimento dos direitos juvenis. Urge uma mudança da geração e de mentalidade das eternas cúpulas políticas no poder, para demonstrar boa vontade com relação às demandas gerais e específicas da juventude.

Resulta absolutamente necessário dotar as pessoas jovens do campo de terras para deter o arrastão de jovens camponeses (e urbanos ao exterior) que provoca a expansão de monoculturas transgênicas e o gado extensivo. Mas efetivar as demandas que mais mobilizam a juventude paraguaia supõe uma provocação política central: converter o atual modelo concentrador de recursos produtivos em poucos proprietários e não gerador de emprego, em outro que possibilite criar empregos decentes para todos, sustentado no leque mais amplo e diversificado possível de setores econômicos, onde a formação e o protagonismo da força de trabalho jovem devem ser cruciais.

Não se pode esperar mais tempo para restituir os direitos à educação, é preciso trabalhar nos lugares previstos para que se realizem. Como sugere o *Relatório Sul-americano – demandas para construir uma agenda comum*, é necessário que o Estado garanta tudo o que se comprometeu e muito mais: o pleno acesso de todas as pessoas jovens ao ensino médio, à educação técnico-profissional, à universidade, “conforme as especificidades de suas demandas”. Por exemplo, para o caso de jovens camponeses, uma educação que valorize a cultura rural e o ecossistema camponês.

Para isto, um passo básico é passar de escolas reprodutoras de desigualdades socioeconômicas, com maiores ou menores graus de aprendizagem segundo a origem familiar, para um sistema educativo que permita o total acesso ao ensino pós-básico, mediante a liberação completa do Passe Estudantil, através da igualdade – e conseguinte gratuidade – nas condições de ingresso. Mas além disso, para o caso paraguaio, é preciso realizar enormes esforços para obter a *permanência e continuidade* dos jovens no sistema educativo mediante

pertinentes ações sócio-pedagógicas de combate ao fracasso escolar; elevando fortemente a pertinência e a qualidade educativa. Este último será possível mediante uma forte reconversão das equipes de gestão educativa e da alta profissionalização docente. Além disso, para contribuir com o processo democrático do país e de cidadania juvenil, é mister repensar o espaço escolar como escola de cidadania.

Finalmente, é necessário “des-cotidianizar”, “des-adultizar” e “des-traditionalizar” as instituições (ministérios, escolas, forças de segurança, partidos, organizações empresariais, ONGs, cooperativas, sindicatos, Igrejas), deficitárias de conhecimentos e comunicação com os jovens. Para superar todos estes abismos que excluem a juventude, necessita-se de uma atmosfera estimulante e mais que um novo governo, uma “mudança democrática” que possa abrir um melhor horizonte de país, com autoridades nacionais e uma sociedade comprometida com as demandas da vigorosa juventude. Somente assim, a geração jovem alcançará sua desejada emancipação.

de um direito econômico, social ou ambiental – impossibilidade de estudar ou trabalhar, o risco de contaminação – pode provocar fenômenos como a migração.

A violência se dá também na escola, nas relações com alguns docentes e diretores que desalentam ou ameaçam admoestando o aluno que decide participar de manifestações estudantis e reivindicar suas demandas. Também, nos testemunhos da juventude do campo, constata-se que, diariamente, registram-se episódios de desprezo nas escolas rurais. Alguns docentes dizem a seus alunos rurais: “Você quer ser burro como seu pai? Vai carpir a terra suando todos os dias?”, e nós ficamos indignados. Em contraposição a este tipo de preconceito, um rasgo distintivo básico da Asagrapa, é hastear, como direito, o fortalecimento dos rasgos próprios da *cultura e identidade camponesas* em uma perspectiva juvenil compatível com a cidadania mais global; a qual mediante organização, vão fazendo possível. É notável como em plena globalização liberal, a juventude exalta a identidade camponesa, e uma série de conceitos como “arraigo”, “propriedade cultural”

e demandas alternativas à migração: “O compromisso do Centro Juvenil Regional é que a juventude quer ser outra vez camponesa, porque agora recuperamos em grande escala a identidade de camponeses, de querer voltar a dizer eu sou um camponês, porque antes, ao dizer camponês riam.”

Como em nenhum outro momento da vida, durante a juventude conta-se com as melhores condições para obter a “inclusão” e fortalecer as redes da comunidade. Há uma série de aspectos, tais como o corpo, a comunicação, a sociabilidade, o sentido de justiça e o conhecimento das próprias capacidades, que estão presentes nas culturas juvenis e podem ser desenvolvidas mediante atividades recreativas, esportivas e artísticas, abrindo, assim, incomensuráveis possibilidades à criatividade. A esse respeito, ambas as Situações-Tipo priorizam como demandas, *lugares de encontro e recreação*. Embora sem educação e sem inserção trabalhista, quase não sobre nada para a juventude camponesa, eles mesmos geram condições de recreação juvenil com suas próprias propostas culturais e lúdicas. ■



ARQUIVO BASE-15

# Os cabelos brancos valem mais do que a acne

Se quiséssemos ressaltar uma conclusão do trabalho de pesquisa realizado no Uruguai, no âmbito da pesquisa Juventude e Integração Sul-americana, seria a percepção dos entrevistados de que, ser identificado como jovem significa uma perda, uma classificação simplista que restringe horizontes e oportunidades. "*Os cabelos brancos valem mais do que a acne*", diz um jovem ou "*se sou jovem, perco*", diz outro. A equipe de pesquisa no Uruguai<sup>2</sup> analisou dois espaços de organização juvenil: as juventudes político-partidárias e o Movimento pela Legalização da Cannabis.

Analisar a militância partidária dos jovens (e as organizações juvenis que existem no interior dos três principais partidos políticos do país, Frente Ampla, Partido Nacional e Partido Colorado) nos impõe vários questionamentos centrais: qual o lugar que ocupam atualmente na política partidária essas organizações de jovens política e partidariamente organizados? Como estão vinculadas, nos partidos políticos, as diferentes faixas etárias (jovens, adultos, velhos)? Como se configuram as relações entre gerações no âmbito político? Registram-se diferenças entre partidos de direita e de esquerda?

<sup>1</sup> Este artigo foi editado com base nos estudos de caso elaborados pela equipe de pesquisa: Verónica Filardo, Solana Quesada, Laura Noboa, Gabriela González, Cecilia Chui, Sebastián Aguiar, Carlos Muñoz.

<sup>2</sup> Formada por Cotidiano Mujer e o Grupo de Estudos Urbanos e Geracionais da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República.

Como são integradas as novas agendas de direitos: gênero, sexualidade, racismo, ecologia? Os partidos seguem pautas comuns de relacionamento entre gerações? Estabelece-se algum tipo de divisão de trabalho no campo político, em função da idade? Por que é necessário que os jovens tenham uma organização própria no interior dos partidos? A existência dessas organizações de jovens indica que elas têm reclamações diferentes específicas da idade?

A segunda situação-tipo selecionada é o Movimento pela Legalização da Cannabis. O movimento é constituído pela articulação de três organizações com perfis diferentes, que se juntam para a organização de uma atividade ou evento muito específico: a celebração, em 5 de maio de 2007, do Dia Mundial da Maconha, que expressa uma demanda concreta: a legalização da cannabis. Como expressão organizacional, que tem como objetivo politizar uma demanda concreta e inseri-la no espaço público, seu estudo permite perguntar: a legalização da maconha é uma reclamação estritamente juvenil? O que essa demanda traz para a agenda pública? O que faz com que 6 mil ou 7 mil jovens se juntem em um dia frio de inverno para participar do Dia Mundial de Legalização da Cannabis?

As duas situações, por razões diferentes, levam-nos claramente a um vazio: nossa capacidade de pensar o presente com categorias adequadas às mudanças que, nos últimos anos, transformaram as formas de sociabilidade e a esfera pública. Em nosso país, essa análise não foi elaborada, excetuando, possivelmente, trabalhos a respeito das ocupações nos colégios (Graña, 2005; Zibechi, 1997) ou estudos sobre a cultura juvenil (Filardo, 2002). E a palavra trabalho por aqui não sobra. Em que sentido as formas de expressão dos jovens entrevistados nos impõe uma mudança de época? Em que sentido interpelam as categorias do mundo adulto, suas instituições e políticas?

### Juventudes partidárias

Aproximar-se do juvenil leva rapidamente à interpretação deste mote como uma categoria relativa, significa dizer que não existe algo como "juventude" em si, a menos que seja na relação com um "outro", adulto ou velho (Bourdieu, 1990), o que nos leva a perguntar a respeito das formas com que se expressam os conflitos de gerações. O "adultocentrismo" e o "adultismo" (Krauskopf, 1999) são expressões do bloqueio entre gerações que

impossibilita o diálogo entre jovens e adultos e se traduz, muitas vezes, na desafeição por parte dos jovens dos mecanismos de participação social e política.

Da Costa (2003) resume uma série de dados, resultados de uma pesquisa nacional, que podem ser úteis para caracterizar a juventude uruguaia. Destacando deles só o diretamente pertinente para esta pesquisa, podemos dizer que corrobora o esquerdismo juvenil, assim como a tendência internacional que aponta um menor interesse pela política por parte dos jovens do que dos adultos – já que o grau de interesse e valorização da política é uma variável positivamente correlacionada com a idade. Só 25% dos jovens de 18 a 29 anos dizem considerar a política como algo muito ou bastante importante e 18,9% consideram a afinidade em relação às posturas políticas como algo importante no casamento. Em relação à valorização da democracia, vemos que os jovens, embora mantenham o alto grau de valorização positiva própria dos uruguaios indicada por muitos autores (Moreira, 2004), tendem a fazê-lo em menor medida que os adultos. Isto demonstra uma possível ruptura com uma das características da auto-imagem dos uruguaios: a alta valorização da política por parte da sociedade (Moreira, 1997; Latinobarômetro, 1995). Os jovens hoje parecem não continuar com esta tradição, pelo menos se considerarmos os dados da pesquisa.<sup>3</sup>

No entanto, durante o ano de 2007, a convocação para eleições juvenis nos dois partidos tradicionais, hoje na oposição, e a alta participação de jovens parecem marcar um elemento novo no cenário político. Significaria uma ruptura da histórica identificação dos jovens com a esquerda no Uruguai? No semanário Brecha, o historiador Jaime Yaffé afirma que *"A retirada das juventudes da esquerda abre um espaço para que outros atuem. Neste caso, possivelmente, os jovens blancos<sup>4</sup> estejam ganhando uma parte do terreno que a esquerda começa a perder. Além disso o governo não tem propriamente políticas de juventude ou não são visíveis. Isso também gera um espaço para que os partidos da oposição possam fazer sua prédica e colher adesões"* (J. Yaffé em Brecha).<sup>5</sup>

Nos grupos de discussão aparece claramente a dificuldade dos jovens militantes em assumir o governo da Frente Ampla. A discussão entre realismo e idealismo não é nova para a esquerda em nosso país. Há algum tempo, vem se mantendo uma discussão interna na Frente Ampla a respeito dos esboços

<sup>3</sup> No entanto, isto pode ser relativizado com relação ao que se deduz a respeito da definição "do que é político".

<sup>4</sup> Integrantes do Partido Blanco, principal partido da direita uruguaia.

<sup>5</sup> Brecha 18 de maio de 2007.

programáticos e as prioridades do partido (Mieres e Argónios, 1989). Embora a discussão não seja nova, é novo o contexto. Como os próprios militantes expuseram, não é a mesma coisa discutir essas questões enquanto a Frente Ampla era oposição e agora que é governo. Entretanto, muitos jovens recusam-se a se considerar governo, referindo-se aos adultos do partido como aqueles que governam.<sup>6</sup>

### Ambivalências e conflitos

Em termos gerais, é possível afirmar que a visão dos jovens militantes sobre os adultos de sua organização está freqüentemente carregada de ambivalência e conflito. Neste relacionamento cheio de conflitos se entrelaçam amor e ódio, ciúmes e admiração em uma busca por sua própria identidade. É possível entrever, ao analisar os discursos dos jovens em questão, duas formas de vinculação com os dirigentes de seus respectivos setores: aqueles agrupamentos nos quais predomina um amor cego ou apoio sem crítica à diretoria partidária (que se torna modelo de referência indisputável) e as outras nas que afloram e se manifestam sentimentos muito críticos e até de velada hostilidade com relação aos dirigentes partidários.

No primeiro grupo, se sobressaem as juventudes dos partidos tradicionais (Branco e Colorado) e a Juventude Comunista que, ao se referir aos adultos de outras gerações, o faz a partir de um conjunto de imagens e simbologias que deixa entrever forte admiração e respeito, e que dá a pauta de uma convivência que se expressa em termos de harmonia, acordo mútuo e consentimento. Isto não significa que estes jovens se percebam como um conjunto homogêneo com relação aos dirigentes ou que não atribuam à juventude do partido um papel específico. Simplesmente, o estudo revela uma forma de relacionamento que é necessário considerar para compreender as identidades construídas pelas juventudes políticas.

O segundo tipo de relacionamento com os dirigentes estaria integrado por aquelas facções que encarnam a vertente mais radical ("parricida") com relação às diretorias de seus partidos e cuja identidade se cria a partir de um distanciamento e de uma posição de confrontação e/ou posicionamento crítico em relação ao mundo adulto. Os dois setores juvenis que proferiram discursos próximos desta postura foram a Juventude da Vertente Artiguista e a Juventude do Partido Socialista,



ARQUIVO COTIDIANO MUJER

que se mostraram extremamente críticos com seu próprio partido político e/ou setor, suas estruturas partidárias, e o que muitos dos jovens denominaram "a militância dos velhos".

Vários jovens manifestaram dispor de pouco espaço de influência real dentro do partido já que, nos termos de um militante, "*os cabelos brancos pareceriam ter mais legitimidade do que a acne...*"<sup>7</sup> Alguns jovens vivem a característica da participação como um elemento que desestimula a militância juvenil enquanto outros o vivem como uma contradição inerente ao partido. É importante destacar para o caso dos jovens do agrupamento MPP<sup>8</sup> que, com o intuito de reverter o que muitos jovens passaram a chamar de "geriatrocracia" partidária, optaram por dissolver a juventude e inserir-se ao longo de todos os elos da estrutura partidária. Entretanto, muito além da questão de como empreender essa busca por habilitar canais de participação, parece existir uma contradição entre a visão da esquerda juvenil como agente que deve imprimir uma

<sup>6</sup> Eventualmente, outra hipótese alternativa e/ou complementar para o caso da esquerda poderia ser levantada. Hoje, são constituídas "organizações juvenis" no interior dos partidos políticos que reconhecem outros tempos e são produto desses. Estas organizações mantêm uma relação diferente que, talvez, revele uma predominância de lutas entre posições (entre as juventudes políticas de diferentes setores da esquerda) pelo fato de "ser governo".

<sup>7</sup> Ver González, 2006.

<sup>8</sup> Movimento de Participação Popular, setor majoritário dentro da Frente Ampla formado pelos militantes do Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros.

## Diálogo entre diferentes

Dado que o eixo da análise das duas situações está posto na relação que os jovens mantêm com a política, vale refletir sobre os seguintes pontos:

1. As situações-tipo revelam, em si mesmas, contextos diferentes e respondem a processos históricos diferentes. Os partidos políticos têm uma trajetória (embora relativamente variável entre si ou nos setores que os integram) que remonta ao nascimento do Estado uruguaio como independente. Significa que as juventudes político-partidárias, são estruturas que os jovens dos anos 2000 herdaram. Eles não as criaram, pertencem a outras gerações e supõem uma certa continuidade. Sem dúvida, eles significam e reformatam, produzem e reproduzem, mas, salvo algumas estruturas organizacionais particulares que foram convenientemente especificadas como “figuras”, nasceram e pertenceram a outras épocas. Portanto, é pertinente para a análise das juventudes partidárias perguntar o que mudou nelas no contexto histórico atual, e o que permaneceu inalterado.
2. A demanda pela legalização da maconha é própria deste momento histórico. Seus antecedentes (escassos) não são anteriores ao ano 2000. Portanto, pertence, como demanda, a esta geração de jovens. As três organizações que integram a Coordenadora são plenamente conscientes de que esta fórmula (“legalizar a maconha”) tem diferentes conteúdos para cada uma delas. Entretanto, conseguem criar um núcleo único e trabalhar juntas em uma meta que está definida no imediatismo e, no máximo, para o

curto prazo, embora pareça que todas carregam a pretensão de ir renegociando o contrato em forma permanente, mas sempre a termo. Existe, desse modo, uma interessante semelhança com as juventudes organizadas de alguns partidos políticos. Além de ciúmes e receios, que também se expressam, capitalizam-se esforços para o alcance de interesses comuns e os resultados a que chegam alcançam-se indubitavelmente em função dessa conjunção.

3. O olhar simultâneo dessas situações-tipo permite ver mais do que rachas, movimentos e uma dinâmica na qual pode se ordenar a participação política juvenil. Produto do diagnóstico do bloqueio entre gerações que se produz em alguns setores políticos de esquerda, os jovens militantes (e que, segundo eles mesmos reconhecem, a militância nos partidos políticos já deixou de ser uma característica distintiva dos “jovens”) expõem alternativas para novas formas de “fazer política”. Desde novas articulações, com outras estruturas, mais flexíveis, menos tradicionais, com metas estabelecidas para o curto prazo, em alianças com outros setores da sociedade civil que, a partir de lógicas muito diversas, permitem compartilhar certas demandas.
4. A potencialidade dessas formas organizacionais, que parecem esporádicas e estratégicas, mas pontuais, extremamente pragmáticas e limitadas à organização de um evento, revelam, entretanto, uma potencialidade interessante na capacidade de se converter em agentes de mudança social.

A participação no Movimento pela Legalização da Cannabis permite um questionamento do *status quo* social, que transcende a demanda concreta. A experiência de mobilização, os efeitos que sem dúvida gerou e a obrigação de manter os frutos do esforço (a comissão gerada para a modificação legal no âmbito parlamentar e a necessidade de sustentar no espaço público o tema da demanda, por exemplo) obrigam a renegociação da duração da existência do movimento e a participação de cada uma das organizações que o integram.

5. O fato de que uma das organizações, Prolegal, transforme-se, em breve, em Prodireitos, estendendo e formalizando uma série de demandas, não só revela uma evolução na trajetória em termos organizacionais (a incorporação de demandas, estratégias e alianças à forma organizacional), assim como em termos discursivos (é clara a formulação em termos de “direitos individuais”). As palavras de ordem centrais de Prodireitos são: legalização da maconha, descriminalização do aborto e diversidade de orientações sexuais. Para cada uma dessas ordens, a organização, basicamente de jovens, e muitos deles de origem em militâncias juvenis (tanto em juventudes político-partidárias como do movimento estudantil) tem “diferentes aliados e com todos é capaz de articular ações e administrar efeitos.”<sup>9</sup> Também Laplaca se integrou a outros espaços de trabalho em torno do tema do aborto e em especial ao movimento de cidadãs e cidadãos de um *blog* pela legalização do aborto.

nova estampa ao partido e à mudança e, os canais reais de participação previstos e formalizados para a juventude.

### Legalização da cannabis

No Movimento pela Legalização da Cannabis participam três organizações muito diferentes entre si: Plantá tu Planta, La Placita e Prolegal. Não estamos perante organizações baseadas em posições de classe nem sequer perante propostas que pretendam um discurso integral.

A questão é que os valores das organizações aqui analisadas estão muito mais estruturados como uma tribo urbana no sentido de Maffesoli do que como uma carta de princípios. Maffesoli (1988) referiu-se a um processo de neotribalização nas sociedades de massa, e assinalou que estas “tribos” constituem uma resposta ao auge da massificação. As tribos são uma resposta ao processo de “desindividualização” inerente às sociedades de massa, cuja lógica consiste em fortalecer o papel de cada pessoa no interior do agrupamento.

<sup>9</sup> Os aliados ao tema da maconha não são, por exemplo, os que se identificam com a descriminalização do aborto. No entanto, Prodireitos gera redes e opera a partir destes vínculos em cada um dos “direitos” sobre os quais a organização está fundamentada.

Precisamente, o subtítulo do livro é “O declive do individualismo nas sociedades de massa”. Este modelo foi basicamente aplicado a culturas juvenis. Por exemplo, os anos de experiência no cultivo, a experimentação com as diferentes variedades da planta, a erudição sobre a história da maconha, a qualidade do produto obtido, etc. são importantes nos fundamentos da Plantá tu Planta. Ir à pracinha do bairro e puxar um fumo conversando, além de representar o compartilhamento de um ideário niillista é outro exemplo desse desenvolvimento paralelo entre afetividade e ação urbana. Prolegal pode parecer um pouco diferente, uma vez que se configura como uma organização com personalidade jurídica, mas todos os integrantes são amigos entre si, compartilham um laço anterior e as reuniões são desculpa para um jantar ou uma saída posterior. A forma legal foi mais uma decisão estratégica do que uma condição preexistente.

As três organizações representam essas novas formas de solidariedade. Em cada uma, os fatores aglutinantes são diferentes. Na Plantá tu Planta, por exemplo, comentavam: “Somos um grupo de plantadores individuais de cannabis.: – Nada mais? – Isso engloba muitas coisas. – Somos contra o narcotráfico, pensamos que a maconha não deve ser uma substância proibida... e a planta muito menos. Estamos militando nisto desde 2005, também obtivemos o nosso auto-abastecimento desde 2005 e tentamos ser coerentes com nossos princípios”.<sup>10</sup> Isso significa muito mais que assegurar seu consumo próprio e individual. Significa transmitir seus conhecimentos, publicar fotos de suas plantas no *website*, comparar as diferentes variedades obtidas e as técnicas usadas, reuniões para experimentar a colheita...compartilhar o consumo, sendo este o ritual mais importante. O consumo de maconha é, então, transformado em ritual e constitui a base dos valores comuns e do discurso dos integrantes.

As organizações corroboram, no fim, com os valores específicos que Maffesoli atribuiu a esses grupos: a afirmação da subjetividade no grupo, o predomínio das experiências estético/sensíveis e a “corporização” (seu discurso está repleto de referências ao sabor, ao buquê, aos tricomas e à qualidade em geral do produto). Também aparece com clareza a apropriação e a defesa da territorialidade da cidade como espaço simbólico onde se constrói a identidade. O caso da La Placita é claro. Ali igualmente a sociabilidade inicial, o cimento

que os une é afetivo, apoiado em instâncias compartilhadas, na geração de um vocabulário e uma visão de mundo a partir de compartilhar o momento e conversar. Nisso e a partir disso, avança-se; recordemos a entrevista: “– *Ocorre com as drogas o que acontece com outras coisas, em que aquele que faz o que está proibido quase sempre vai ter que se cuidar para que não lhe aconteça isto nem o outro nem o outro, e aí começa a ver todas as rachaduras da sociedade e aí você acaba ficando um pouco contra um montão de coisas*”.<sup>11</sup>

Uma última particularidade a ressaltar é a ausência de hierarquias preestabelecidas. No entanto, isto não significa que não apareçam lideranças marcadas nas organizações, mas nenhuma tem uma organização estabelecida, normas, autoridades nem maiores formalidades. Cabe destacar que as três organizações vêm como problemático assumir sua reivindicação como uma “reivindicação dos jovens”, já que isso implicaria, de alguma forma, diminuir sua demanda. ■

## REFERÊNCIAS

- BAYCE, Rafael (1989): CULTURA POLÍTICA URUGUAIA: *DESDE o Battle ATÉ 1988*, Montevédu, FUNDO DE CULTURA UNIVERSITÁRIA.
- BUTLER, J., LACLAU, E. E ZIZEK, S., (2004) “CONTINGÊNCIA HEGEMONIA E UNIVERSALIDADE. DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS NA ESQUERDA”, FCE, Buenos Aires.
- COSTA, PÉREZ-ORIOU E OUTROS (1997). TRIBOS URBANAS. O ANSEIO DE IDENTIDADE JUVENIL: *ENTRE O CULTO À IMAGEM E A AUTOAFIRMAÇÃO Através DA IMAGEM*, Madrid, EDIT. PAIDÓS.
- FILARDO, V. ET ÀS TRIBOS (2002): URBANAS EM Montevédu: NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE JUVENIL. TRILCE, Montevédu.
- GRAÑA, FRANCOIS (2005): NÓS OS DO GRÊMIO. PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E ELITISMO EM UM MOVIMENTO SOCIAL. NORDAN, Montevédu.
- Habermas, J. (1987) TEORIA E PRAXE: ESTUDO DE FILOSOFIA SOCIAL. EDITORIAL TECNÓ, México.
- IPARRAGUIRRE, J. (1998): A OFICINA DE COMUNIDADES VIRTUAIS 5/3/1998. [HTTP://WWW.GPD.ORG/MAIG98/ES/COMVIRTURE.HTM](http://www.gpd.org/maig98/es/COMVIRTURE.HTM)
- LACLAU, E. E MOUFFE CH. (1987) HEGEMONIA E ESTRATÉGIA SOCIALISTA. PARA UMA RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA SÉCULO XXI, Madrid
- MAFFESOLI, M. (1990) O TEMPO DAS TRIBOS. O DECLINAMENTO DO INDIVIDUALISMO NAS SOCIEDADES DE MASSA. ICARIA, Barcelona.
- PERELLI, CONSERTA & RIAL, Juan (1986): DE MITOS E MEMÓRIAS POLÍTICAS: A REPRESSÃO, O MEDO E DEPOIS... BANDA ORIENTAL, Montevédu.
- ZIBECCHI, R. (1997): A REVOLTA JUVENIL DOS NOVENTA: AS REDES SOCIAIS NA GESTAÇÃO DE UMA NOVA CULTURA ALTERNATIVA. ED. NORDAN – COMUNIDADE, Montevédu.

<sup>10</sup> Entrevista.

<sup>11</sup> Grupo de discussão.